

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Damares Alves

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Audiência na CDH/Senado Federal

Fevereiro de 2019

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

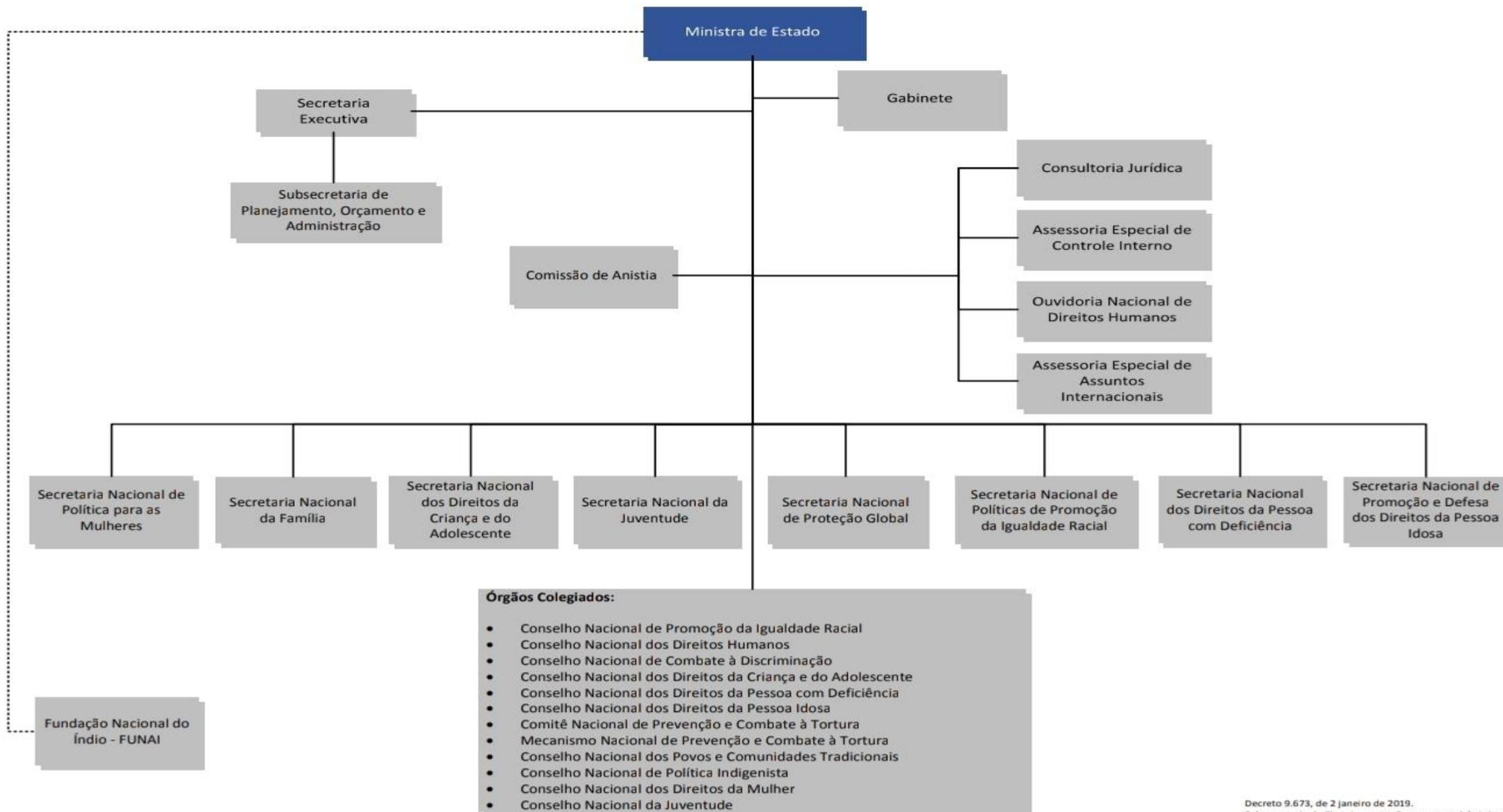
NOSSA MISSÃO

A missão do MMFDH acompanha a declaração da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena (1993), no sentido de “Garantir

*a UNIVERSALIDADE,
a OBJETIVIDADE e
a NÃO SELETIVIDADE*

na ponderação das questões relacionadas com os Direitos Humanos” (I, 32)

Organograma do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos



NOSSO SUBSÍDIO TEÓRICO

Buscamos resgatar a perspectiva

UNIVERSALISTA e HUMANISTA dos Direitos Humanos, como os

DIREITOS DA PESSOA HUMANA ENQUANTO TAL.

NOSSO SUBSÍDIO TEÓRICO

Propomos apresentar e defender os Direitos Humanos como os

DIREITOS DE TODOS os brasileiros e de todos os que vivem em nossa Pátria, **PRIORIZANDO AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA,**

pois a pessoa humana é valiosa demais para ser reduzida e classificada em grupos identitários.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Tia Eron
Secretária Nacional

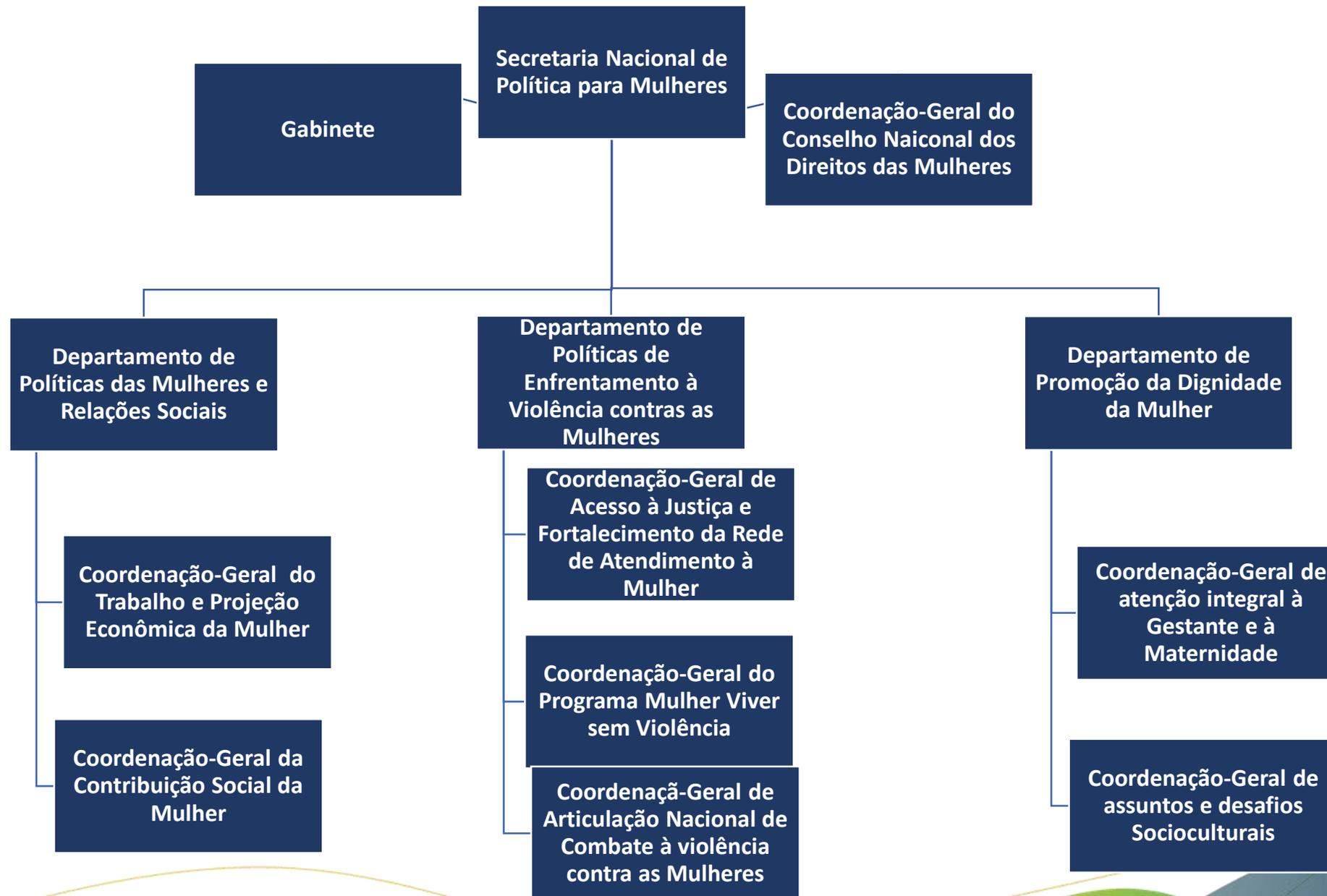
Fevereiro de 2019

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

MISSÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

*Desenvolver políticas de enfrentamento a violência contra a mulher, a fim de promover sua **dignidade**, visando sua autonomia integral, e contribuindo para o **bem comum**, de forma **solidária** e com a atuação **subsidiária do Estado.***

É prioridade da nova gestão considerar as mulheres de forma integral em sua dignidade. Àquelas em condição de vulnerabilidade social – como as moradoras de rua, em privação de liberdade, em itinerância, em situação de abandono familiar ou em qualquer circunstância de violência – receberão atenção pública com políticas de Estado.



SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA

Angela Vidal Gandra da Silva Martins
Secretária Nacional

Fevereiro de 2019

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

MISSÃO DA SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA

Fortalecimento das relações familiares

Superação e enfrentamento de desafios sociais no âmbito familiar

Atuação transversal da temática Família de forma interministerial

- **Promover a projeção social e econômica da família**
- **Promoção do equilíbrio Família-trabalho**
- **Cultivar a solidariedade intergeracional familiar**

Secretaria Nacional da Família

Gabinete

Diretoria de Formação e Desenvolvimento da Família

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Afetividade

Coordenação-Geral de Apoio à Maternidade e à Paternidade

Diretoria de Fortalecimento de Vínculos Familiares

Coordenação-Geral de Fortalecimento dos Vínculos Familiares

Coordenação-Geral de Promoção da Solidariedade Intergeracional

Diretoria de Equilíbrio Trabalho-Família

Coordenação-Geral de Conciliação Trabalho-Família e Projeção Econômica

Coordenação-Geral de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Diretoria de Desafios Sociais no Âmbito Familiar

Coordenação-Geral de Enfrentamento à Violência nas Famílias, Abandono, Pedofilia e Pronografia

Coordenação-Geral de Enfrentamento a Vícios e Impactos Negativos do Uso Imoderado de Novas Tecnologias

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Petrúcia de Melo Andrade
Secretária Nacional

Fevereiro de 2019

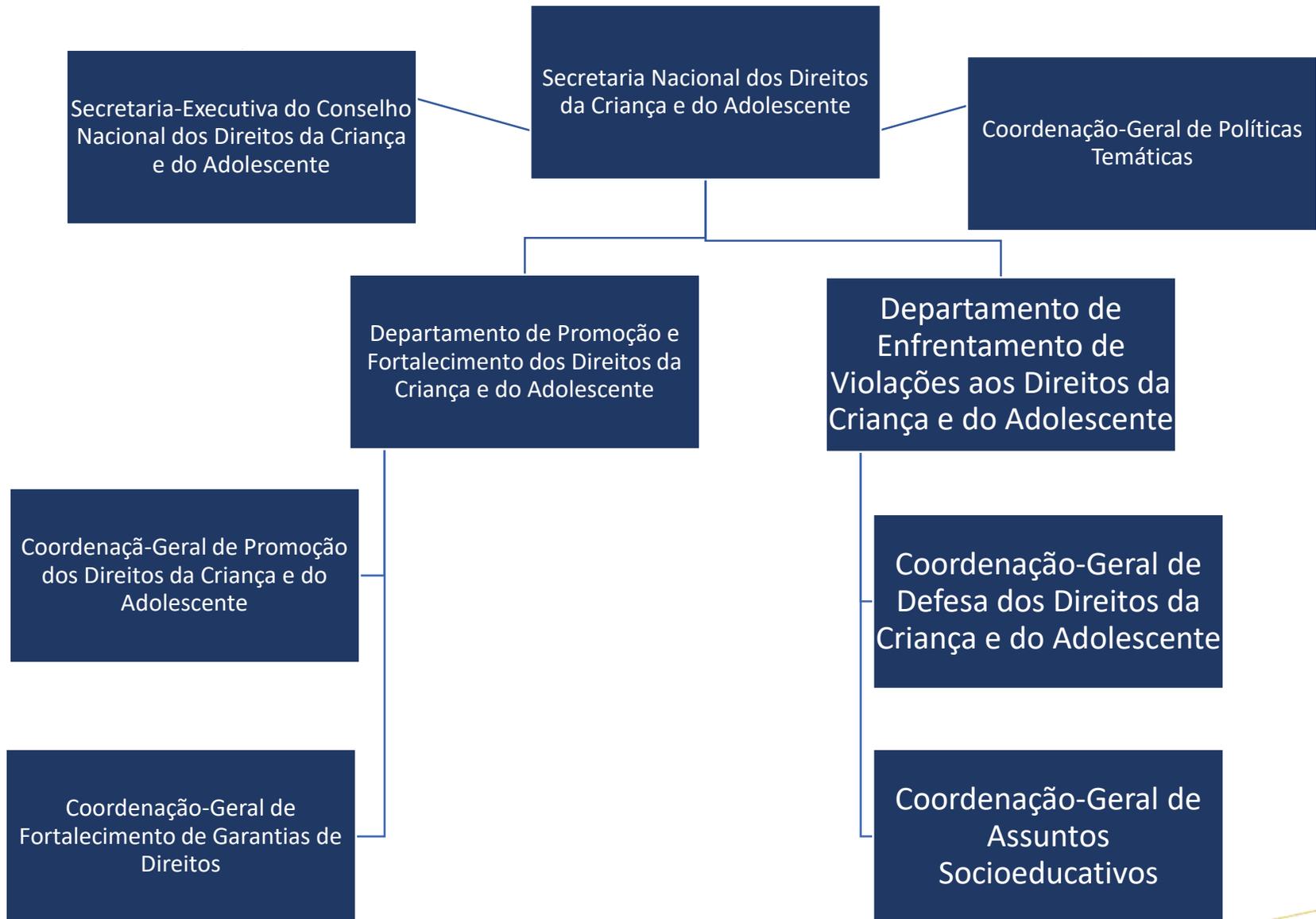
MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

MISSÃO DA SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Elaborar e coordenar ações de:

*Promoção dos direitos da criança e do adolescente;
Enfrentamento às violações de direitos das crianças e adolescentes; e
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de crianças e adolescentes.*

- **Promover e fortalecer o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária;**
- **Implementar ações estratégicas que promovam a responsabilidade e a liberdade das famílias na criação, no cuidado e educação dos filhos menores; e**
- **Promover os direitos da criança e do adolescente na perspectiva da família e o dever prioritário da família em assegurar tais direitos.**



SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE

Jayana Nicaretta Silva
Secretária Nacional

Fevereiro de 2019

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

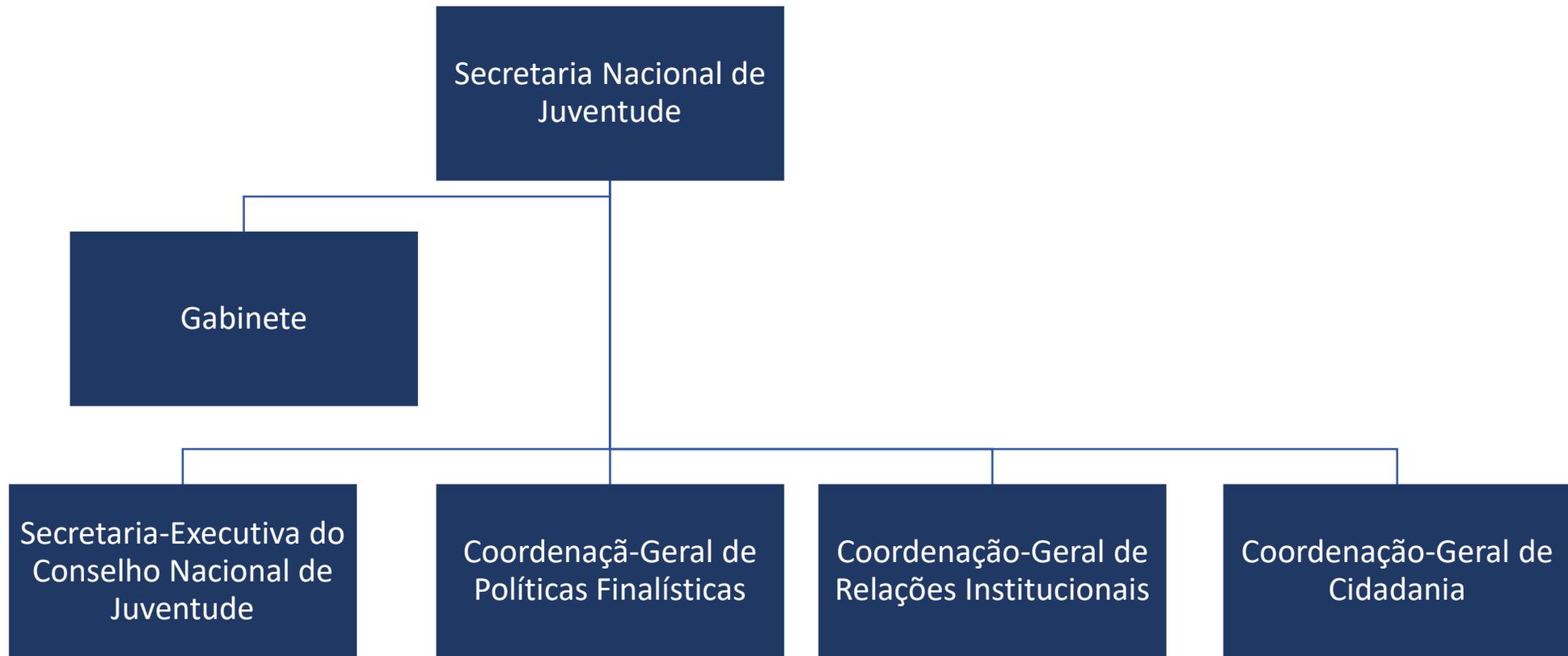
MISSÃO DA SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi criada em 2005 com a finalidade de:

*Promover **pesquisas e diagnósticos** sobre a juventude brasileira*

*Elaborar, consolidar e executar as **Políticas Nacionais de Juventude***

Compete à SNJ: assegurar aos jovens os direitos à cidadania, à participação social e à política de representação juvenil que garantem o protagonismo nas decisões sobre as políticas de educação, profissionalização ao trabalho e à renda, à igualdade, à diversidade, à cultura, à territorialidade e à saúde, entre outras.



SECRETARIA NACIONAL DA PROTEÇÃO GLOBAL

Sérgio Queiroz
Secretário Nacional

Fevereiro de 2019

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

MISSÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL

*Implementar **políticas de proteção e defesa dos direitos humanos** transversalizadas de forma interconstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque nas **mais graves violações**;*

*Programas de **Proteção às pessoas ameaçadas** reestruturados com vistas à consolidação de uma política de Estado.*

Secretaria Nacional
de Proteção Global

Gabinete

Coordenação-Geral
do Conselho Nacional
de Direitos Humanos

Coordenação-Geral de
Direito à Memória e à
Verdade e Apoio à
Comissão Especial sobre
Mortos e Desaparecidos
Políticos

Diretoria de Proteção
e Defesa dos Direitos
Humanos

Diretoria de
Promoção e Educação
em Direitos Humanos

Diretoria de Promoção
dos Direitos de
Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis e
Transexuais

Coordenação-Geral de
Proteção à Testemunha
e aos Defensores de
Direitos Humanos

Coordenação-Geral
de Educação em
Direitos Humanos

Coordenação-Geral
do Conselho Nacional
de Combate à
Discriminação e
Promoção dos
Direitos de Lésbicas,
Gays, Bissexuais,
Travestis e
Transexuais

Coordenação-Geral de
Combate à Tortura e à
Violência Institucional

Coordenação-Geral
de Promoção do
Registro Civil de
Nascimento

Coordenação-Geral de
Combate ao Trabalho
Escravo

Coordenação-Geral
dos Direitos das
Populações em
Situação de Risco

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Sandra Terena
Secretária Nacional

Fevereiro de 2019

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

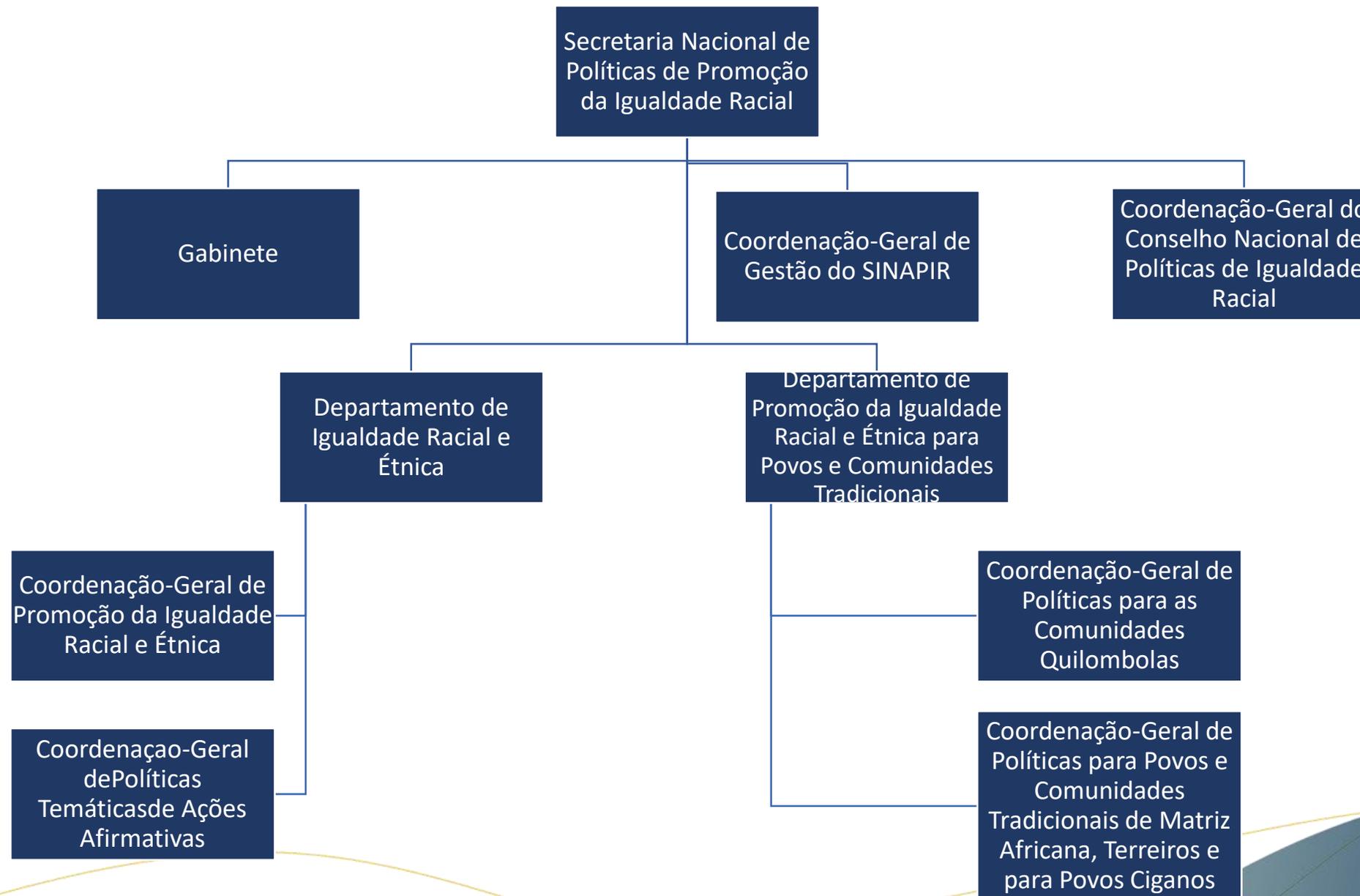
MISSÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Promover Igualdade Racial e o Enfrentamento ao Racismo

Estimular políticas públicas que beneficiem comunidades e povos tradicionais

Estimular políticas públicas de ações afirmativas

Gerenciar o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial



SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Priscilla Gaspar
Secretária Nacional

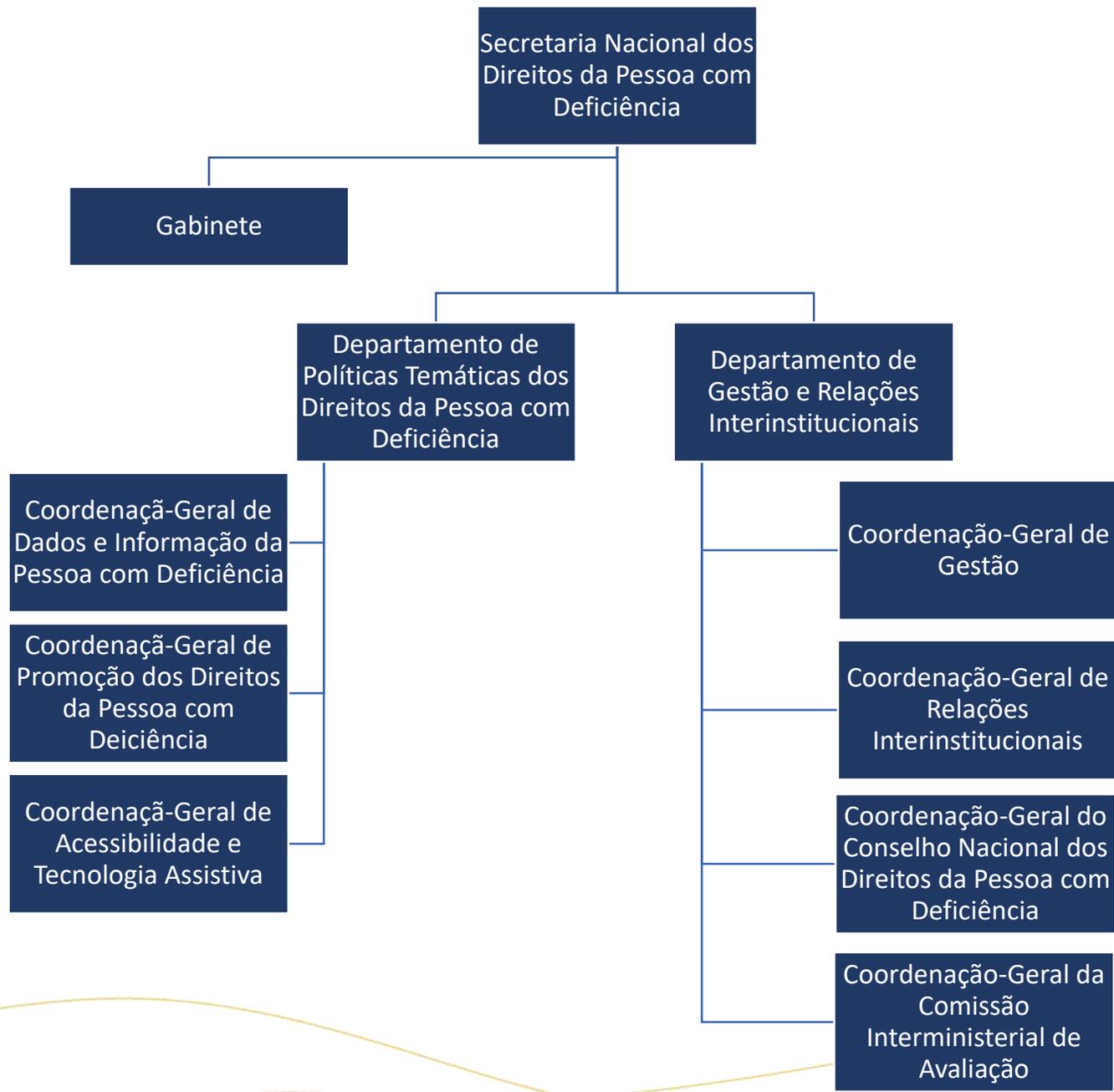
Fevereiro de 2019

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

MISSÃO DA SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Coordenar e promover a **implementação das políticas públicas federais voltadas às pessoas com deficiência;***

*Prevenir todas as **formas de discriminação** contra a pessoa com deficiência, além de **propiciar sua plena inclusão na sociedade***



SECRETARIA NACIONAL DA PESSOA IDOSA

Antônio Fernandes
Secretário Nacional

Fevereiro de 2019

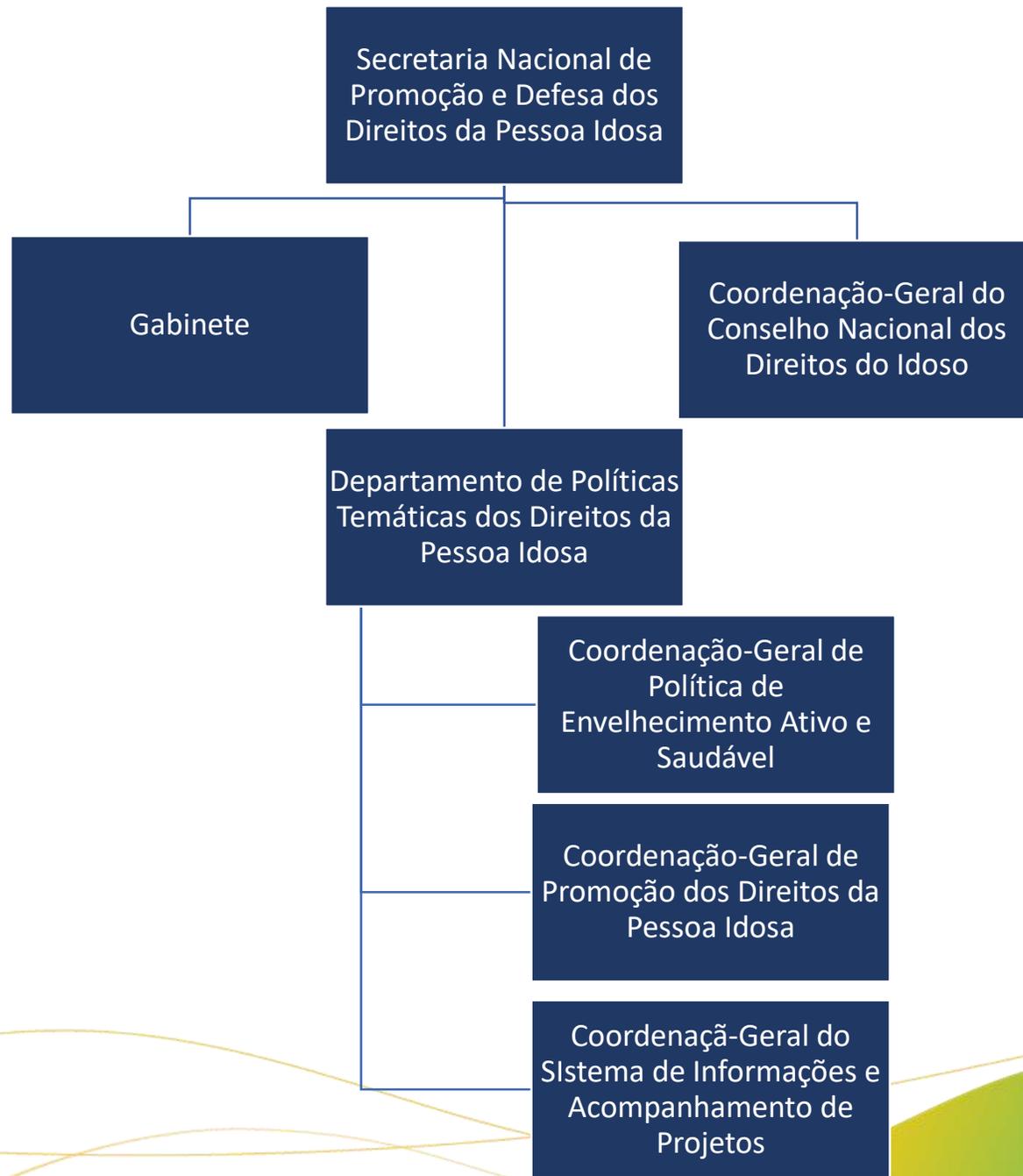
MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

MISSÃO DA SECRETARIA NACIONAL DA PESSOA IDOSA

*A Secretaria irá valorizar o idoso brasileiro,
como **depositário da experiência das gerações e
merecedor do amparo da família, da sociedade e do Estado.***

Trata-se da:

- Proteção integral da pessoa idosa;
- Integração do idoso na comunidade, assegurando seus direitos de participação;
- Promoção da vida, da segurança e do bem-estar do idoso, com base no fortalecimento dos vínculos familiares e na solidariedade intergeracional.



OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Disque 100 e Ligue 180

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

CANAIS DE ATENDIMENTO

- Atendimento telefônico – Disque 100
- Atendimento telefônico – Ligue 180
- Aplicativo Proteja Brasil
- Clique 100 (humaniza redes)
- Ouvidoria online (humaniza redes)
- Carta, ofício, e-mail e atendimento presencial (ONDH)

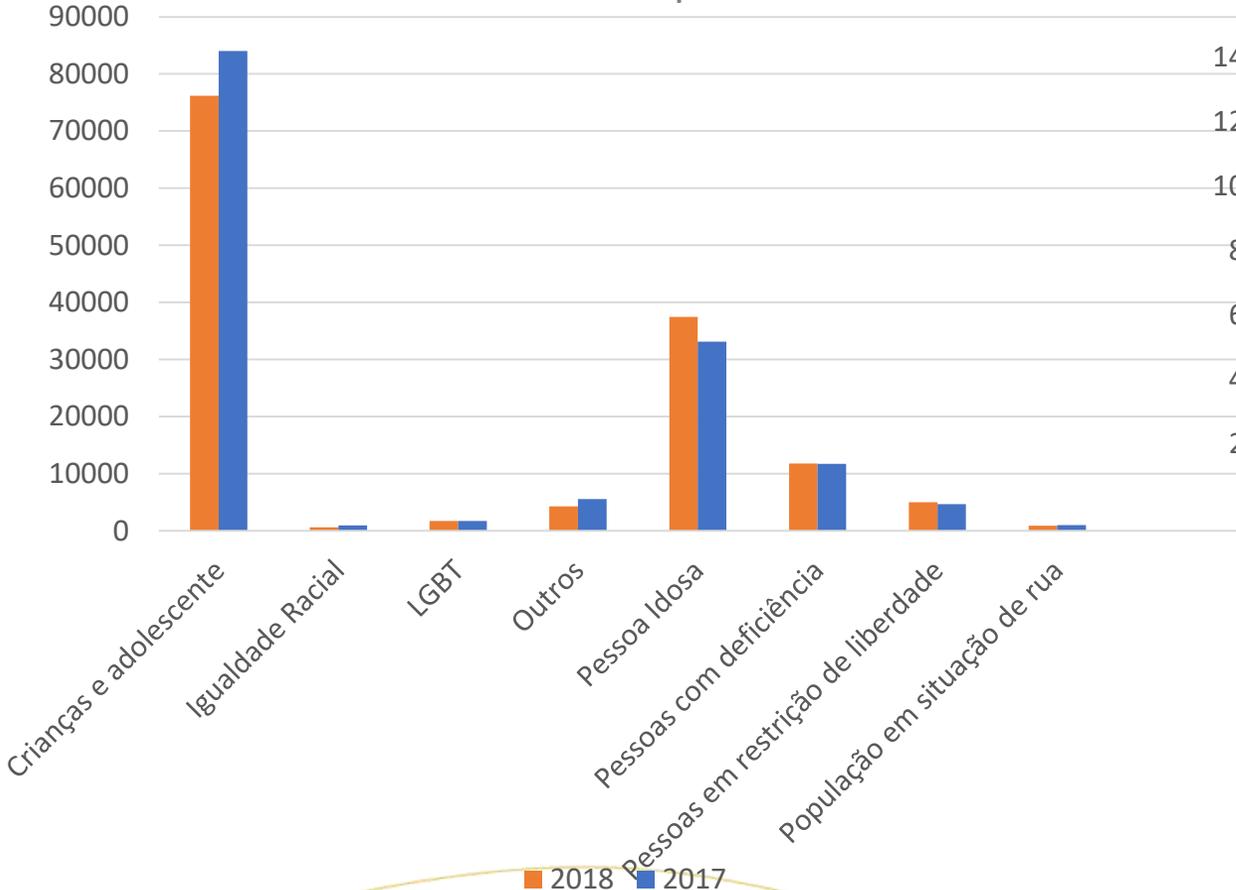
DISQUE DIREITO HUMANOS – DISQUE 100

Destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, especialmente, as que atingem populações em situação de vulnerabilidade social.

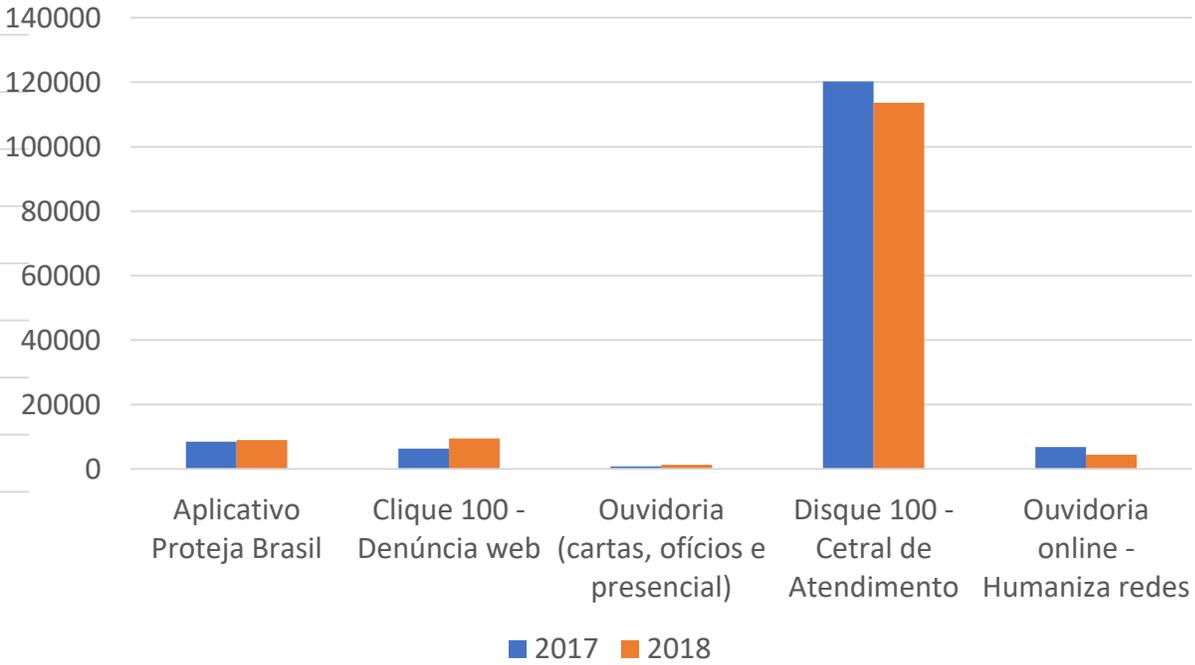
- O Disque Direitos Humanos é um serviço de utilidade pública do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,
- Coordenado atualmente pela Coordenação Geral de Gestão do Disque Direitos Humanos - CGDISQUE.
- Funcionamento de 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive feriados.
- Ligação é gratuita e atende ligações de todo o território nacional.

REGISTROS – DISQUE 100

Quantitativo por módulo



Quantitativo por canal de atendimento



CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER – LIGUE 180

Política pública essencial para o enfrentamento à violência contra a mulher em âmbito nacional e internacional.

- Registrar **denúncias de violações contra mulheres**
- Encaminhar aos órgãos competentes e realizar seu **monitoramento**
- **Disseminar informações sobre direitos da mulher**, amparo legal e a rede de atendimento e acolhimento.

AGENDA DOS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

AGENDA DOS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO

Proposta nº 20 | Campanha Nacional de Prevenção ao Suicídio e à Automutilação de Crianças, Adolescentes e Jovens

- 1) Constituição de **Grupo de Trabalho** específico sobre o tema no âmbito do MMFDH.
- 2) Instalação e início de funcionamento do **Observatório Estatístico sobre Violência Autoinfligida**.
- 3) Produção de **vídeos informativos** (de curta duração e vídeo-aulas) com especialistas no tema da violência autoprovocada.
- 4) Análise e estruturação de **canais de atendimento**, existentes e a constituir, para acompanhamento e aconselhamento de familiares com dificuldades específicas relacionadas ao suicídio e à automutilação de crianças, adolescentes e jovens.
- 5) Apoiar a **regulamentação da notificação compulsória** pelos diretores de escolas, por conselheiros tutelares e por hospitais dos casos de tentativa de suicídio e de automutilação de crianças e adolescentes.
- 6) Elaboração de texto-base de **cartilhas e materiais similares**, preferencialmente em meio digital.

AGENDA DOS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO

Proposta nº 21 | Regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI)

- 1) Criação do Grupo de Trabalho com especialistas sobre o tema
- 2) Minuta de decreto de regulamentação de artigos estruturantes da LBI
- 3) Consulta Pública sobre a Minuta
- 4) Regulamentação de artigos estruturantes da LBI
- 5) Criação de cronograma detalhado da regulamentação de toda a Lei

AGENDA DOS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO

Proposta nº 22 | Educação Domiciliar

- A Constituição Federal consagrou o dever de **solidariedade entre a família e o Estado** para a formação educacional das crianças, jovens e adolescentes.
- Existem várias famílias que praticam o *homeschooling* em vários países do mundo e é uma realidade também no Brasil - até o momento, informal.
- Em setembro de 2018, houve decisão do STF sobre o tema (RE 888815). Em síntese, considerou que a Constituição não veda o ensino domiciliar, mas destacou haver necessidade de lei para que os pais possam optar por esse tipo de instrução.
- Após a decisão, as famílias que praticam a educação domiciliar encontram-se em situação de insegurança jurídica.

AGENDA DOS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO

Proposta nº 22 | Educação Domiciliar

- Garantir aos **pais ou responsáveis o direito a optar pelo tipo de instrução que será ministrada a seus filhos** sendo **assegurada a participação**, de forma subsidiária, **do Estado** no acompanhamento do desenvolvimento acadêmico de crianças e adolescentes;
- Atuar conjuntamente com o Ministério da Educação, acolhendo as contribuições recebidas por Famílias, Associações e especialistas na temática do ensino domiciliar;
- Equacionar a situação precária na qual o tema se encontra, sem prejuízo da tramitação legal que ocorrerá no Legislativo



AÇÕES MINISTERIAIS

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

AÇÕES MINISTERIAIS

- ✓ Implantação de 5 projetos básicos nos municípios de Formiga/MG e Betim/MG, Parnamirim/RN, Balneário Camboriú/SC e em Ceilândia/DF a fim de inserir o Idoso nas ações digitais, Educação Financeira e Saúde, além da mobilidade física para envelhecimento ativo e saudável;
- ✓ Revisão do Decreto da Composição do Conselho Nacional do Idoso e entrega de 17 Kits para Conselhos locais contendo veículos e equipamentos mobiliários e computadores;
- ✓ Entrega de aproximadamente 3.000 mil kits para Conselhos Tutelares, com a meta de entregar ainda mais 2.800 Kits restantes;
- ✓ Ampliar o número de Unidades socioeducativas, com R\$ 51 milhões já destinados à ampliação;
- ✓ R\$ 35 milhões destinados ao investimento em adolescentes que encontram-se em situação de vulnerabilidade;
- ✓ Retomar e fortalecer a Política de Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos;

- ✓ Promover campanhas para o enfrentamento do assédio moral das mulheres, em especial negras, indígenas, ciganas, quilombolas, ribeirinhas no mercado de trabalho, potencializando a agenda do trabalho decente;
- ✓ Promover também a educação e reabilitação do agressor, visando a redução da escalada dos índices de feminicídio;
- ✓ Fomentar a criação Patrulha/Ronda Maria da Penha em zona rural, comunidades de florestas e águas e comunidades indígenas e tradicionais em parceria com a SENASP;
- ✓ Fortalecimento e ampliação da Rede de atendimento e enfrentamento a violência contra a mulher, aumentando a capilaridade de seu alcance;
- ✓ Coibir a reprodução da cultura da violência doméstica a partir do programa Saúde na Escola, em parceria com o Ministério da Saúde;

- ✓ Estabelecer convênios para destinar recursos à consecução de projetos nas Casas de Atendimento à Gestante;
- ✓ Investimento na Casa da Mulher Brasileira, com adaptação do projeto de forma mais econômica e eficiente, replicando a experiência exitosa de Mato Grosso do Sul;
- ✓ Reestruturação da Casa da Mulher em Boston, visando a expansão do atendimento às mulheres traficadas, refugiadas e exploradas sexualmente em outros países, como: Portugal, Espanha e Suíça;
- ✓ Ampliação das ações do Ligue 180, para um sistema integrado à rede de atendimento e enfrentamento da violência contra às mulheres, visando a aferição, o monitoramento e a implementação de políticas públicas
- ✓ Melhorar a eficiência dos atendimentos da Ouvidoria do MMFDH, assim como a interlocução com as áreas receptoras das denúncias realizadas

AÇÕES MINISTERIAIS

Para executar e aprimorar nossas políticas públicas, será realizado um esforço concentrado por toda a equipe do Ministério em busca de **EVIDÊNCIAS** e **DADOS** relativos aos grandes desafios dos Direitos Humanos.

O resultado deste levantamento embasará a **construção do Plano Plurianual (PPA)** para o próximo quadriênio.



COMISSÃO DE ANISTIA

MINISTÉRIO DA
MULHER,
DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS
HUMANOS

DADOS PROCESSUAIS

Número de Requerimentos analisados	66.387
Requerimentos pendentes de análise	11.041
Processos em atos de finalização	503
Subtotal	77.931
Aguardando análise do pedido de revisão	1.628
Total pendentes de apreciação e apreciados com pedido de revisão	12.669
Portarias Publicadas em 2018	1973

REQUERIMENTOS DE ANISTIA ANALISADOS PELO CONSELHO

Ano do protocolo	Em pauta	Julgados	Adiados	Vistas	Diligência	Despachos de Decisões Monocráticas	Total
2015	1.339	1.020	209	38	72	86	1.425
2016	718	536	57	34	91	124	842
2017	1.074	684	264	96	30	-	1.074
2018	2724	2417	228	37	43		2724

NÚMERO DE REQUERIMENTOS APRECIADOS, SEGUNDO ANO DE PROTOCOLO

Ano do protocolo	Arquivado	Decisão Apensada a Outro Requerimento (mesmo requerente)	Deferido	Indeferido	Total Geral
2001	380	25	2.970	2.465	5.840
2002	335	52	3.706	4.011	8.104
2003	1.417	306	13.237	6.964	21.924
2004	120	64	9.510	1.899	11.593
2005	45	52	1.956	650	2.703
2006	62	76	2.199	878	3.215
2007	17	47	3.047	985	4.096
2008	15	17	1.205	1.196	2.433
2009	53	20	559	1.481	2.113
2010	17	28	408	1.240	1.693
2011	81	14	181	739	1.015
2012	5	16	153	349	523
2013	4	12	140	173	329
2014	3	15	51	499	568
2015	24	12	5	29	70
2016	41	6		8	55
2017	89	1	2	2	94
2018	19				19
Total Geral	2.727	763	39.329	23.568	66.387

NÚMERO DE REQUERIMENTOS APRECIADOS, SEGUNDO ANO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA

Ano	Arquivado	Decisão apensada (*)	Deferido	Indeferido	Total Geral
Não se aplica		763			763
2001	3		14		17
2002	8		694	282	984
2003	1.176		1.111	3.641	5.928
2004	49		2.784	3.400	6.233
2005	436		3.031	701	4.168
2006	32		6.424	1.434	7.890
2007	80		8.308	1.624	10.012
2008	140		4.173	2.219	6.532
2009	141		5.689	2.585	8.415
2010	162		2.395	1.645	4.202
2011	53		1.176	605	1.834
2012	28		649	671	1.348
2013	15		964	479	1.458
2014	27		662	789	1.478
2015	20		813	1.453	2.286
2016	46		342	850	1.238
2017	150		52	129	331
2018	158		48	1.046	1.252
Total Geral	2.724	763	39.329	23.553	66.369

REQUERIMENTOS PENDENTES DE APRECIÇÃO POR ANO DE PROTOCOLO

Ano do Protocolo	Pedido de revisão/reconsideração	Recurso	Turma	Total Geral
2001	233	28	2	263
2002	262	452	8	722
2003	367	884	24	1.275
2004	166	242	31	439
2005	56	186	16	261
2006	67	279	42	388
2007	51	215	177	443
2008	245	170	192	607
2009	38	150	407	595
2010	29	101	676	806
2011	59	64	786	909
2012	15	65	698	778
2013	10	44	909	963
2014	20	17	876	913
2015	10	9	1.121	1.140
2016	-	1	731	732
2017	-	-	971	971
2018	-	-	464	464
Total Geral	1.628	2.910	8.131	12.669

QUANTITATIVO DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

Ano	Plenário	Turma	Total Geral
2002	5	24	29
2003	9	26	35
2004	12	41	53
2005	12	54	66
2006	14	90	104
2007	9	99	108
2008	21	82	120
2009	26	113	155
2010	25	66	106
2011	10	15	30
2012	18	31	62
2013	17	44	72
2014	18	25	54
2015	21	28	53
2016	9	18	28
2017	9	22	31
2018	12	32	44

VALORES PAGOS A TÍTULO DE INDENIZAÇÕES

Esclarecemos que as informações acerca dos valores pagos a título de indenizações são competência dos ministérios pagadores

- Ministério da Defesa – anistiado militar
- Ministério do Planejamento – anistiado civil.

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

VALORES PAGOS A TÍTULO DE INDENIZAÇÕES

- Ministério do Planejamento (anistiados civis): R\$ 6.444.711.177,80
- Ministério da Defesa (anistiados militares): R\$ 3.514.197.065,64
- Impacto financeiro global do pagamento dos valores retroativos (obrigação de pagar) da indenização indicada nas portarias de anistia de todos os cabos da FAB: R\$ 7.434.308.410,24
- **Total já pago a título de indenizações: R\$ 9.958.908.243,44 (Nove bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e oito mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos)**
- Total com a obrigação de pagar: 17.393.216.653,68 (Dezessete bilhões, trezentos e noventa e três milhões, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)